



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681270 - MG (2021/0225748-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
IMPETRANTE : MICHEL CAPOBIANGO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : MICHEL CAPOBIANGO DO NASCIMENTO - MG110632
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : A G L
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário e com pedido de liminar impetrado em favor de A. G. L. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, nos autos do agravo de instrumento 1.0000.20.590975-7/001.

Consta dos autos que o paciente atualmente está na iminência de ser preso por determinação do acórdão ora impugnado, prolatado pela autoridade coatora.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que converteu a prisão civil do paciente para o regime fechado, julgado além do que fora pedido no recurso, piorando a situação do paciente (fl. 6).

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja cassado o acórdão impugnado e a imediata suspensão da prisão civil do paciente (fl. 8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente